



## Comunicado de Imprensa

**FENPROF reúne com Mariano Gago sobre a revisão das carreiras docentes do ensino superior e entrega-lhe Moção aprovada no Plenário Nacional de Docentes do Politécnico de 29/4, contendo reivindicações.**

**FENPROF obtém garantias de alteração do projecto no sentido do não agravamento da situação socioprofissional no regime de transição e do alargamento da sua duração, assim como da consagração de mecanismos que efectivamente obriguem as instituições a abrir concursos.**

**Na ausência de uma concretização que permita a avaliação dos efeitos das garantias conseguidas, a FENPROF manterá o esclarecimento e a mobilização dos docentes.**

A FENPROF teve hoje a segunda reunião de negociação com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, tendo logo no início entregue ao Ministro a Moção aprovada no dia 29/4 no Plenário Nacional de Docentes do Politécnico que se desenrolou em 17 reuniões ao longo do País (em anexo inclui-se o texto desta Moção).

O Ministro foi sensível às reclamações dos docentes do Politécnico e garantiu à FENPROF o seguinte:

1. Vai ser aumentada a percentagem mínima de professores de carreira, face ao número que se encontrava indicado no projecto.
2. Vão ser consagrados mecanismos que garantam a efectiva abertura de concursos em número bastante relevante.
3. Vai ser significativamente alargado, em condições a definir, o período de tempo durante o qual os docentes que não são professores de carreira poderão ter os seus contratos renovados, mantendo o seu actual regime de prestação de serviços.

O Ministro assegurou ainda que o projecto actual não punha em causa a continuidade dos docentes em regime de tempo integral ou em dedicação exclusiva no período em que os seus contratos poderão ser renovados ou prorrogados, isto é, durante todo o período de transição.

A FENPROF considera que foram dados passos positivos no sentido de se poder vir a encontrar um regime de transição para o novo estatuto de carreira do Politécnico que não agrave a situação de enorme instabilidade que já hoje existe no Politécnico e que não ponha em causa o nível salarial dos docentes.

Contudo, nada está ainda concretizado. Só depois da apresentação pelo Ministro das alterações ao projecto será possível avaliar se, efectivamente, as novas regras para o regime de transição e para a abertura de concursos permitirão a obtenção de um vínculo estável aos assistentes e aos docentes equiparados, em regime de tempo integral ou em

dedicação exclusiva, em correspondência com a aquisição das novas qualificações de referência e garantindo-se-lhes o tempo e os apoios necessários, particularmente no que se refere ao direito à dispensa de serviço docente.

O Ministro insistiu que, passando a entrada nas carreiras a processar-se exclusivamente por concurso, também na fase de transição assim será, no tocante aos docentes que se encontram em situação de precariedade. A FENPROF reiterou a pertinência de vir a ser considerada a validação de situações que não justificam aquela obrigatoriedade, por corresponderem a relações de trabalho consolidadas por sucessivas avaliações e renovações contratuais, correspondentes a necessidades permanentes de serviço, devendo-se sim reconhecer as qualificações já obtidas ou criar condições dignas para a sua obtenção.

Nas próximas reuniões, marcadas para 12 e 13/5, serão discutidas as novas propostas do Ministro, podendo então tirar-se conclusões quanto à sua maior ou menor eficácia para a estabilização dos corpos docentes das instituições, condição essencial para a sua qualidade e para o exercício da liberdade académica.

A FENPROF, até lá, prosseguirá a sua acção de esclarecimento e de mobilização dos docentes para que continuem a acompanhar e a intervir no actual processo negocial.

Pe'l'O Secretariado Nacional

João Cunha Serra  
Coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação

06/05/2009